



DOSSIÊ ESPECIAL

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (CESP)

v.8, n.14, 2019

50 anos

*de produção e transmissão de
conhecimento: a tradição do IESP
UERJ por seus estudantes*

Marcelo Borel

Marcia Candido

Helio Cannone

Hellen Oliveira

Matheus Vitorino

ORGANIZADORES

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP

COMITÊ EDITORIAL

Helio Cannone, IESP-UERJ

Hellen Oliveira, IESP-UERJ

Kayo Moura, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

Matheus Vitorino, IESP-UERJ

Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP-UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Marcelo Borel

Marcia Rangel Candido

Hellen Oliveira



SUMÁRIO

Apresentação Marcelo Borel, Marcia Candido, Helio Cannone, Hellen Oliveira & Matheus Vitorino	4
Quinze Anos do Observatório Político Sul-Americano: a Integração Regional do Brasil a partir da Universidade Marília Bernades Closs & Talita Tanscheit	11
Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL): Histórico, Abordagens, Produções e Contestações Raul Nunes & Simone Gomes	22
Quando a Universidade Tem Lugar no Debate Público: a Trajetória do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) Marcia Rangel Candido & Poema Eurístenes Portela	29
As Contribuições de Maria Regina Soares de Lima para a Ciência Política Brasileira Marianna Albuquerque	43
Por Mais Sociedade no Estado: os Estudos de Renato Boschi sobre Movimentos Sociais na Redemocratização Helio Cannone	51
Colocando o IUPERJ no Mapa dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo no Brasil: as Redes Intelectuais de Neuma Aguiar Gabriela de Brito Caruso	59
A Sociologia de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva Wesley Luiz de Azevedo Dias & Wescrey Portes Pereira	68

A Via Jurídica para o Americanismo nos Trópicos: a Biografia de Werneck Vianna e a Construção do IUPERJ de uma Hipótese de Democratização à Brasileira Daniel Henrique da Mota Ferreira	76
César Guimarães: um Professor Matheus de Sá Moravia & Rafael Rezende	84
Sol na Cabeça e Correria Sob os Pés: Vida e Produção de Luiz Antonio Machado da Silva Clara Polycarpo & Hellen Oliveira	91
Polifonia na Independência: a Contribuição de Isabel Lustosa para o Pensamento Político Brasileiro Lidiane Vieira	101
Um Panorama dos 50 Anos de Pós-Graduação do IESP Através de Suas Ementas Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	109
Passado e Presente: a Análise da Política Externa Brasileira, Antes de Tudo Leonildes Nazar	119

PASSADO E PRESENTE: A ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, ANTES DE TUDO

Past and Present: the Brazilian Foreign Policy Analysis, Before Everything

Leonildes Nazar¹

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e Pesquisadora Visitante do Center for Latin American Studies – CLAS, da Universidade da Califórnia – Berkeley. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: leonildesnazar@gmail.com

RESUMO

Este ensaio busca apontar reflexões em torno da construção sócio-histórica da Análise de Política Externa (APE) no Brasil, reivindicando suas tradições e singularidades enquanto campo de estudos. Para tanto, resgata brevemente a trajetória epistemológica que lhe foi decisiva, bem como as contribuições do núcleo de Relações Internacionais do IESP-UERJ para o campo. A discussão perpassa dois principais eixos ontológicos: 1) o debate político e intelectual sobre política externa, para além das fronteiras do Itamaraty, entre 1954 e 1974; 2) e, ao mesmo tempo, a institucionalização das Ciências Sociais no país, bem como, outrossim, do campo de APE. A intersecção entre esses dois momentos tem, como consequência, a emergência de análises teóricas, filosóficas e conceituais, advindas da formação de uma comunidade de estudiosos de política externa no país, a partir da década de 70.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Política Externa; História Política; Pensamento Político; Brasil; Relações Internacionais

ABSTRACT

This essay seeks to point reflections around the socio-historical construction of Foreign Policy Analysis (FPA) in Brazil, claiming its traditions and singularities as a field of study. To this end, it briefly recovers its decisive epistemological trajectory, as well as the contributions of the IESP-UERJ International Relations group to the field. The discussion goes through two main ontological axes: 1) the political and intellectual debate on foreign policy, beyond the borders of Itamaraty, between 1954 and 1974; 2) and, at the same time, the institutionalization of the Social Sciences in the country, as well as the FPA field. The intersection between these two moments has, as a consequence, the emergence of theoretical, philosophical and conceptual analyzes, arising from the formation of a community of foreign policy scholars in the country, from the 70's.

KEYWORDS: Foreign Policy Analysis; Political history; Political Thinking; Brazil; International relations

Transportar-se continuamente a qualquer momento da história é um exercício que testa os sentidos e altera o olhar sobre um determinado objeto. Neste movimento entre tempo presente e passado, a pesquisa científica se dinamiza, ao identificar novas interpretações, novos marcos teóricos e novas descobertas sobre quem guiou o curso das ideias; sobre quem compôs os repertórios das mudanças; sobre quem construiu percepções, desigualdades e disputas sob a singularidade de seu próprio contexto social.

Porquanto situo essas considerações iniciais, devo, então, elucidar o porquê de estabelecer essas premissas: ainda há uma difusa definição disciplinar e acadêmica no país sobre como classificar a Análise de Política Externa (APE)², mesmo com contribuições relevantes de pesquisas da literatura especializada na área das Relações Internacionais (RI) e nas suas subdivisões, como a história das Relações Internacionais, ou na Ciência Política, como os estudos sobre instituições, processos e atores, que demonstram o crescimento da área no país nos últimos 25 anos. Porém, como Lima e Milani (2016) ressaltam, a APE, hoje, é um campo de estudos³ consolidado nas Ciências Sociais, situado na fronteira entre essas duas áreas. Visto que a pluralização de seus temas de estudo – como políticas públicas; política externa, participação social e democracia; processo decisório; abordagens cognitivistas; presidencialismo, partidos políticos e política externa; mídia e política externa – confere-lhe um arcabouço teórico-metodológico distinto e inovador, parte-se da hipótese de que a APE é, pois, tão área quanto as RI.

Mas por que isto é importante? Ou melhor, por que deter-se à essa demarcação de áreas e suas agendas de pesquisa? Porque o caminho pelo qual se percorre nessa reflexão é justamente o que recupera alguns aspectos que elucidam a *proto-história* da APE, buscando complementar o que sua história

² Os primeiros estudiosos da APE são os anglo-saxões, principalmente os estadunidenses. Até os anos 80, eram raros os estudos sobre política externa brasileira para fora dos muros institucionais do Itamaraty, ainda que houvesse os debates sobre as relações centro-periferia, as relações Norte-Sul e a construção do desenvolvimento com autonomia (sobretudo nos estudos de Helio Jaguaribe).

³ Neste ensaio, ao me referir à Análise de Política Externa, utilizarei tanto o termo “área”, quanto “campo de estudos”, para designar a sua diferenciação em relação às Relações Internacionais, como disciplina.

recente já tratou – seu desenvolvimento, na esteira das RI⁴ –, mas que não abarcou precisamente, por sua via teórica, as dinâmicas que condicionaram seu surgimento nacional. Este caminho se instiga no primeiro fascínio com o campo: a singularidade de um pensamento da política externa genuinamente *brasileiro* e a capacidade – mesmo que por vezes negada – de ainda ser possível discorrer sobre nós mesmas e nós mesmos desde o Sul.

Dentro desta dimensão, o objetivo do presente ensaio é destacar as contribuições da classe acadêmica de Ciência Política e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), em especial Maria Regina de Soares Lima, Letícia Pinheiro e Carlos Milani, gerações distintas vinculadas à instituição, mas parte de um grupo genuinamente nacional e relevante para o pensamento internacional desde o Sul Global. Sobre temas-chave, este núcleo contribuiu essencialmente para a produção intelectual da área de APE e RI no Brasil, ao discutir teorias das RI, política externa, geopolítica, história diplomática, blocos regionais, cooperação internacional, segurança e múltiplos subtemas, como instituições políticas, organizações internacionais e meio ambiente.

Neste cenário de efervescência de estudos e pesquisas, o núcleo de RI do IESP-UERJ reuniu nomes como Gerson Moura e Zairo Cheibub, e fez emergir grandes grupos de pesquisa – o Observatório Político Sul-americano (OPSA), o Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo), o Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (Neaape) e, o mais recente, a Plataforma Latitude Sul, resultado da intersecção entre os três grupos e o Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul/Unirio).

A PROTO-HISTÓRIA DA APE

Ao se refletir sobre as *categorias analíticas* da política externa brasileira, em concomitância à Análise de Política Externa enquanto campo de estudo, percebe-se que existem algumas peculiaridades que transitam tanto na compreensão ontológica dos conceitos e reflexões, quanto no processo epistemológico de formação do campo no Brasil. Esta percepção se torna mais

⁴ Hoje, há uma tradição nacional (debates sobre autonomia, vulnerabilidades e relações Norte-Sul). A APE está vinculada ao processo de gradual institucionalização das Ciências Sociais, a partir da criação dos cursos de pós-graduação e constituição das associações científicas.

evidente conforme se resgata dois momentos: 1) o debate político e intelectual sobre política externa, para além das fronteiras do Itamaraty, entre 1954 e 1974; 2) e, ao mesmo tempo, a institucionalização das ciências sociais no país, a qual foi, outrossim, fundamental para estabelecimento do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ).

A intersecção entre esses dois momentos tem, como consequência, a emergência de análises teóricas, filosóficas e conceituais, advindas da formação de uma comunidade de estudiosos de política externa no país, a partir da década de 70. Tendo em vista os diferentes debates que abrangem a área das ciências sociais brasileiras e que acompanharam a implementação de programas de Pós-graduação e a criação de uma política de financiamento de pesquisa como parte do ensejo de fazer uma *ciência* da sociedade, essa comunidade articulou a construção de uma área de conhecimento, pesquisa e produção acadêmica alinhada à constituição da disciplina de Relações Internacionais.

Compreendendo a complexidade do tema, o recorte temporal se explica por dois fatores simples: lê-se 1954 como o ano da estreia, ponto suficiente para lhe considerar um marco – a criação do primeiro centro especializado em Relações Internacionais do país, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Já 1974, deve-se por ser o ano de criação do primeiro curso de graduação em Relações Internacionais do Brasil, na Universidade de Brasília (UnB), sendo um marco na institucionalização dos estudos dessa área e do pensamento da política externa brasileira.

Os fenômenos que se processam entre e ao redor dos mais diversos atores na esfera internacional suscitaram diferentes debates na área disciplinar das Relações Internacionais. O crescimento da disciplina ampliou suas abordagens teóricas, temáticas e metodológicas, reificando seus respectivos níveis ou campos de análise e, conseqüentemente, conferindo autonomia e possibilitando-lhes obter, no caso da APE, ferramentas epistemológicas próprias. Como campo de análise empírica das ações dos atores nos processos decisórios das Relações Internacionais, a APE conseguiu incorporar,

principalmente, uma noção mais relevante de agência nas teorias da disciplina de RI⁵.

A Análise de Política Externa se forma em um campo de conhecimento interseccional entre a Sociologia e a Ciência Política, além de outras áreas do pensamento, como o Direito, a Psicologia, e a Geografia, em cujas matrizes analíticas se encontrará o debate entre “agência” *versus* “estrutura”⁶. A APE, pensada no plano das Relações Internacionais, articula diferentes níveis de análises, que podem situar-se entre o nível de um ator específico até ao nível de um ator geral⁷. Dada a especificidade do desenvolvimento da APE no Brasil⁸, a interface de integração com outras disciplinas não a caracteriza como “subcampo”, mas sim a faz manter pontos interseccionais com as RI, ao mesmo tempo que se afasta dessa disciplina para adquirir uma roupagem própria.

Os formatos curriculares das graduações em RI criaram uma lacuna pela sua concepção enquanto disciplina epistemologicamente anglo-eurocêntrica. Isso quer dizer que o modo com que esta área foi se estabelecendo incorria de se pensar a partir das formulações teóricas que se produziam como científicas e postulados argumentativos dos EUA e Europa. Embora os estudos e pesquisas tenham crescido como chaves de reflexões brasileiras, incluindo nossos casos e temas, as RI e a APE, adquiriram formatos que não dialogavam com o pensamento político e social do Brasil. Destarte, algumas questões emergem sobre a consolidação do campo de APE: i) Quais perspectivas teórico-metodológicas, dado o início de construção do campo de APE, foram próprias da comunidade de estudiosos que passaram a lhe compor? ii) Em que medida os conceitos do debate dos centros se articularam com as categorias vistas na periferia⁹? iii) O campo de Análise de Política Externa, no Brasil, contribuiu com quais análises e óticas para que obtivesse

⁵ “Há, talvez, razões para que o campo surja posteriormente à constituição da Ciência Política, Sociologia, Antropologia e História (...). Na sua origem enquanto campo de estudos, as RI no Brasil teriam privilegiado a APE, ao invés dos temas clássicos, tais como OI, segurança, conflitos e alianças internacionais” (LIMA e MILANI, 2016).

⁶ Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro são originalmente graduadas em Ciências Sociais; já Carlos Milani, em Ciências Jurídicas e Sociais.

⁷ PINHEIRO (2004).

⁸ “Seus antecedentes intelectuais, nos anos 50 e 60, estão representados, em primeiro lugar, por: teorias e esquemas analíticos de corte histórico-estrutural, isto é, teoria marxistas do imperialismo e da dependência” (LIMA e PINHEIRO, 2016).

sua relevância no cenário de política externa brasileiro? iv) Quais as interfaces entre o pensamento da política externa e o pensamento político e social do Brasil? Algumas dessas questões abrem um leque de argumentações e percepções, e só demonstram a importância de se compreender a história de construção do campo no país.

O desenvolvimento da APE nas agendas de pesquisa no Brasil seguiu um percurso orquestrado pelas três esferas que a compõem: a acadêmica, a política e a diplomático-intelectual. As dissensões e a simbiose que os agentes da arena decisória de política externa exerceram para que o desenvolvimento do campo fosse, ao mesmo tempo, estratégico e plural, demonstra como essa dimensão representa um pilar nos níveis de atuação do Estado e seu corpo político.

A política externa brasileira fora marcada por fases¹⁰, visto que esta é uma esfera que não é exógena à historicidade do Estado e da sociedade. Dentre elas, há tanto o período que compreende os anos da Primeira República (1889-1930), no qual os moldes da política externa estiveram atrelados aos debates sobre a formação nacional e a uma forte tradição diplomática, quanto o dos governos da ditadura civil-militar, iniciada por Castello Branco (1964-1970), governo que corresponde a um momento de alinhamento direto com os Estados Unidos.

Entre os grandes temas que embasaram os estudos acadêmicos das Relações Internacionais e do pensamento da política externa no país estão a história diplomática, a política externa nacional – estes dois considerados clássicos –, além dos estudos sobre geopolítica e defesa, e os estudos econômicos. Percebe-se que, com o crescimento das Ciências Sociais e o robusto financiamento de agências públicas e privadas de amparo à pesquisa, decorrentes de um processo de burocratização do Estado brasileiro com o primeiro governo de Vargas (1930-1939), houve uma transição da legitimidade das formulações sobre o objeto entre o Ministério das Relações Exterior

⁹ A hegemonia de uma matriz de pensamento, calcada na ideia de dominação exterior cultural e/ou econômica, gerou o predomínio intelectual da noção de ‘nação incompleta’, em que a ênfase da produção intelectual estava centrada na necessidade de completar a nação (LIMA e MILANI, 2016).

¹⁰ Letícia Pinheiro, em seu livro, *Política Externa Brasileira (1889 – 2002)*, faz uma cronologia do que intitula *paradigmas da política externa*, contribuição ímpar para a história do campo no Brasil.

(MRE) para outros campos, marcando seu espaço enquanto plano de reflexões e interpretações sobre as mudanças sociais nacionais, regionais e internacionais.

As ideias e os conceitos, que surgiram ao longo do processo de construção sobre o “internacional”, abrangem a produção de conhecimento e perspectivas teóricas de intelectuais, acadêmicos e figuras públicas que constituíam os principais eixos da produção do pensamento político e social no país. Nos valores e discursos de blocos políticos pelo desenvolvimentismo¹¹, pela saída de sua condicionalidade periférica¹² ou nas relações do Brasil com seus vizinhos, vê-se que as reflexões influenciaram nas definições de pautas entre os mais diversos agentes políticos, bem como também nas formulações dos processos decisórios do Estado e nas interpretações e análises sobre a inserção e interesses nacionais.

Enfatizando, antes de tudo, a ausência sumária de mulheres, é possível reunir nomes de diplomatas, intelectuais, empresários, figuras públicas, profissionais liberais, militares e acadêmicos, parte desse momento de efervescência intelectual e política nacional, dos quais cito alguns: Negrão de Lima, Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Osvaldo Aranha, Vasco Leitão da Cunha; Juarez Távora, Helio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto; Cleantho de Paiva Leite, Golbery do Couto e Silva; Florestan Fernandes; Antonio Candido; Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e Josué de Castro.

O período entre 1954 e 1974 é significativo para a política externa brasileira, no sentido em que transformações políticas e sociais, em níveis doméstico e internacional, alteraram o olhar de quem a formulava e a pensava como campo estratégico. Em efeito, a dimensão político-diplomática brasileira se articulou de modo a conciliar o seu papel nos mecanismos de Estado, e, como novidade, deixou-se ser absorvida pela academia.

Vale ressaltar os primeiros centros de pesquisa sobre formação social, política, cultural e econômica do país. O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado em 1953 e que publicava a *Cadernos do Nosso Tempo*, compusera um relevante centro de pensamento “moderno” da

¹¹ Aqui, faz-se referência, principalmente, aos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955.

¹² Aqui, faz-se referência aos acadêmicos e intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), criada em 1933.

época, sendo substituído em 1955 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que mais tarde, em 1969, desdobrar-se-ia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Iesp-Uerj). Destaca-se também os intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), que compuseram a *Revista Brasiliense*; e também uma geração mais nova, que tratou de discutir as relações Centro-Periferia, nas teorias cepalina e na teoria da dependência, com figuras como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nessa construção de trajetórias, destacam-se também entidades e associações, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838), a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (1937), o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (1945), a Escola Superior de Guerra – ESG (1949), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (1952), o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (1954), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (1977) e seu Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (1980) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão – IPRI/FUNAG (1987). Todas estas fazem parte da *intelligentsia* de uma época, que fincou as bases para a geração seguinte de sociólogos(os), cientistas políticos(os), historiadoras(es), economistas, internacionalistas e analistas de política externa.

Após o início do processo de institucionalização das Ciências Sociais, o campo científico da APE começou a produzir estudos metodologicamente mais rigorosos, de grande aproximação com a Ciência Política¹³, mas preservando a interdisciplinaridade. Trabalhos com temas sobre processo decisório, instrumentalidade política, agentes políticos, desenvolvimento e autonomia (ARAÚJO CASTRO, 1971; LAFER, 1973; MOURA, 1980; LIMA, 1981; SEITENFUS, 1985) ofereceram uma compreensão mais analítica e

¹³ Fonseca Junior (2011) explica que estudos em outras áreas de conhecimento, como o Direito, a Economia e a História, têm “tradição enraizada”. Todavia, o autor completa: “O que há de novo será, assim, o despertar da ciência política para a temática da inserção internacional do país, e, de outro lado, a renovação dos estudos de história, que refaz orientações metodológicas e abandonam significativamente as vertentes ‘oficiais’ que normalmente trilhavam” (FONSECA JUNIOR, 2011: p.36).

assertiva sobre a política externa, sua capacidade de formulação e agência, e sua importância para o corpo do Estado.

Assim posto, vê-se que o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil conduziu uma mudança no cenário acadêmico e científico dos principais centros universitários e de pesquisa do país. A fim de se firmar como campo de estudo, a Análise de Política Externa começou a se inserir nesse processo por meio de uma produção teórica que abandona a exclusividade das abordagens diplomáticas e estritamente políticas, para ser – “brasileiramente” – singular.

Compreende-se, portanto, que a APE no Brasil é um campo com dependência de trajetória. Isto é, ela se desenvolveu como campo que se co-constitui nos níveis doméstico e internacional, e que reúne simultaneamente a agência e a reflexão de seus sujeitos, transitando por diferentes áreas de pensamento e marcada por diferentes contextos e disputas. Pensar a política externa por meio dos debates acadêmicos, em um novo espaço social – a universidade – e com maior rigor científico modificou a relação entre a instrumentalidade política dessa dimensão e os agentes de seu processo decisório, questão em voga até os dias atuais.

As discussões sobre a formulação de política externa e seu âmbito político-institucional, especialmente sob o mais recente debate de *política externa como política pública*¹⁴, concede uma outra fase de análises teóricas e acompanhamento da pluralização de agendas e eventos domésticos e internacionais. Já em terreno mais sólido, a área de Análise de Política Externa se movimenta. No caso da APE e das Relações Internacionais no IESP-UERJ, embora muitos anos e trabalhos tenham preenchido seus debates, as ideias e os diálogos não se esgotam: hoje, há um quadro de pesquisadoras e pesquisadores diversos e numerosos, investigando o global como *continuum* de possibilidades e novas inquietações.

14 (MILANI e PINHEIRO, 2013).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO CASTRO, J. A. De. (1971), “O congelamento do Poder Mundial”. Exposição aos Estagiários do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: *Revista de Informação Legislativa*.
- BALBINO, Viviane. Rios. (2011), *Diplomata: substantivo comum de dois gêneros - Um estudo sobre a presença das mulheres na Diplomacia Brasileira*. Brasília: FUNAG.
- CERVO, Luiz A.; BUENO, Clodoaldo. (2002), *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- CHEIBUB, Zairo. B. (1989), “A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamarati”. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 23, n. 2, p. 97–128.
- _____. (1985), “Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica”. Rio de Janeiro: *Dados*, vol. I, 28, n. 1.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. (2011), *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- LAFER, C.; PEÑA, F. (1973), *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (2013), *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: FUNAG.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (1981), “Perspectiva da Política Externa Brasileira”. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2000), “Instituições democráticas e política exterior”. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265-303.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2013), “Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil”. São Paulo: *Lua Nova*, n. 90, p. 167-201.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2005), “Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior”. In: FUNCEX; LATN, Latin American Trade Network With Support of IDRC (Canada) (Orgs.). *A política comercial dos anos Lula*. São Paulo: *Revista Brasileira de Comércio Exterior – Série BRIEF*, n. 83, pp. 16-31. abr./jun. 2005.

- LIMA; Maria Regina Soares de. MILANI, Carlos R. S. (2016), “Política externa brasileira: campo de estudos e principais avanços”. In: AVRITZER, Leonardo. MILANI, Carlos R. S. BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2016), “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75–119.
- MILANI, Carlos R. S.. (2018), *Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Curitiba: Appris, v. 1., ed. 1.
- MILANI, Carlos R. S.. (2008), “O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias”. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 551–579, mai./jun.
- MILANI, Carlos R. S.. ECHART, Enara. DUARTE, R. S.. KLEIN, Magno. (2014), *Atlas da Política Externa Brasileira*. 1. ed. Buenos Aires e Rio de Janeiro: CLACSO e EDUERJ.
- MILANI, Carlos R. S.. (2015), “Política externa é política pública?”. Rio de Janeiro: *Insight Inteligência*, n. 69, 2º trimestre, p. 57- 75.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. (2013), “Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto Internacional*, vol. 35, n.1, p.11-41.
- MOURA, G. (1980), *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NAZAR CHAVES, Leonildes. (2016), “Para além do Terminus - entre a política, a academia e o diplomata-intelectual: a construção sócio-histórica da Análise de Política Externa no Brasil (1954-1974)”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Leticia. (2004), *Política Externa Brasileira – 1889-2002*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINHEIRO, Leticia. (2013), *Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: - the President, the Military and the Foreign Ministry*. Brasília: FUNAG.

_____. (2008), “International Relations Studies in Brazil: Epistemological and Institutional Characteristics”. *International Political Science Association Conference*, Montreal; Québec.

PINHEIRO, Leticia; MILANI, C. R. Sanchez. (2012), “Política Externa: a política das práticas e a prática das políticas”. Rio de Janeiro: FGV.

PINHEIRO, Leticia; VEDOVÉLI, Paula. (2012), “Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira”. *Política Hoje*, n. 21, p. 211-254.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. (2013), “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 56, p. 40-59.

SEITENFUS, Ricardo A. S. (1985), *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.